



SISTEMA CFB/CRB

PROJETO MOBILIZADOR

**BIBLIOTECA ESCOLAR
CONSTRUÇÃO DE UMA REDE
DE INFORMAÇÃO PARA O
ENSINO PÚBLICO**

BRASÍLIA
2008



SISTEMA CFB/CRB

PROJETO MOBILIZADOR: BIBLIOTECA ESCOLAR CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE INFORMAÇÃO PARA O ENSINO PÚBLICO

BRASÍLIA

2008



SISTEMA CFB/CRB

SUMÁRIO

1 VERTENTE-ALVO DO PROJETO MOBILIZADOR	4
2 RESUMO	4
3 INTRODUÇÃO	4
4 JUSTIFICATIVA.....	11
5 OBJETIVOS	25
5.1 Geral	25
5.2 Específicos.....	25
6 ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO.....	26
7 POSSÍVEIS PARCEIROS E PAPÉIS.....	31
8 RESULTADOS ESPERADOS.....	32
9 INDICADORES DE AVALIAÇÃO.....	32
10 REFERÊNCIAS	33



SISTEMA CFB/CRB

1 VERTENTE-ALVO DO PROJETO MOBILIZADOR

Este projeto é dirigido a duas vertentes sugeridas pelo projeto mobilizador¹ do Sistema CFB/CRB, a saber:

- a) À sociedade em geral tendo em vista que as ações a serem desencadeadas têm como o foco a formação do cidadão em processo de desenvolvimento no âmbito da escola;
- b) Aos bibliotecários, cujas competências e habilidades profissionais deverão garantir a qualidade do serviço oferecido, de maneira a universalizar e facilitar o acesso à informação, principalmente para a população jovem (infantil e infanto-juvenil) inserida no contexto escolar brasileiro.

2 RESUMO

Propõe o estabelecimento de um amplo esforço nacional, visando promover maior qualidade no ensino público através da criação e implantação de uma rede de informação dinâmica e eficaz. Indica que o país há muito tempo, se recente da falta de bibliotecas nas escolas, embora dados oficiais mostrem que há um vertiginoso crescimento da oferta de acervo nas escolas de ensino básico em detrimento a promoção de serviços que permitam o acesso aos saberes existentes nas coleções distribuídas. Destaca que a oferta de um serviço eficiente de informação para a formação de autonomia crítica do cidadão brasileiro perpassa pela concepção de uma competência informacional, função também da biblioteca escolar. Aponta as estratégias a serem adotadas para execução da proposta, com destaque para todos os possíveis parceiros e responsáveis. Elenca indicadores que permitirão avaliar o projeto.

3 INTRODUÇÃO

Um eficaz projeto de ensino-aprendizagem, na condição de conceito essencialmente relacional e dialético, envolve sempre uma compreensão bem mais

¹ O Sistema CFB/CRB constituiu, a partir de um estudo de inteligência organizacional realizado em 2007, um projeto estruturante com o objetivo de adequar sua estrutura interna de modo a permitir uma melhor performance e



SISTEMA CFB/CRB

abrangente do que o espaço restrito do professor na sala de aula ou as atividades desenvolvidas pelos alunos. Tanto o professor, quanto o aluno e a escola encontram-se em contextos mais globais que interferem no processo educativo e precisam ser levados em consideração na elaboração e execução de tal projeto de ensino-aprendizagem.

Como o projeto de ensino-aprendizagem se constitui, a longo prazo em uma concepção de formação humana, compreende-se que esta formação seja orientada por um processo de emancipação que ocorre pela produção autônoma do conhecimento como forma de promover a democratização dos saberes e como modo de elaborar a crítica da realidade existente. Neste sentido é importante destacar que não há autonomia sem a possibilidade da crítica. Não há crítica se o professor e o aluno não forem sujeitos do processo de formação e produtores de conhecimento.

De fato, só há crítica se houver produção autônoma do conhecimento elaborado através de uma prática efetiva de pesquisa, uma vez que, através desta é exercida a reflexão sobre a realidade como forma de sistematizar, metodicamente, o olhar do formador e do formando sobre o mundo, para poder agir sobre os problemas, o que indica, que o trabalho da escola é o de ensinar a aprender para que o conhecimento construído pela aprendizagem seja um poderoso instrumento de combate às formas de injustiça que se reproduzem no interior da sociedade.

No contexto do projeto de ensino-aprendizagem, a biblioteca escolar se apresenta como um centro de aprendizagem que, conforme definição da Organização dos Estados Americanos (OEA), se configura através da:

[...] participação direta em todos os aspectos do programa de educação [...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação [...] com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a

projetos mobilizadores com intuito de promover ações que construam identidades positivas sobre o fazer da profissão no âmbito: (i) da sociedade em geral; (ii) da categoria formada e em formação; e (iii) dos formadores.



SISTEMA CFB/CRB

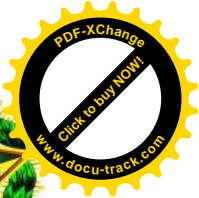
criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apóia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula. (OEA, 1985, p.21-22)

Nesta perspectiva, exposta pelo organismo internacional, a biblioteca escolar possui uma função pedagógica relacionada à: a) uma ação em prol da leitura, do incentivo à criação do gosto e hábito de ler; b) pesquisa escolar e ao trabalho intelectual que proporcionarão ao educando meios para melhor desempenhar seus papéis sociais; e c) ação cultural com vistas a favorecer o entendimento da identidade do cidadão no espaço onde vive. Ademais, a OEA destaca que compete a biblioteca escolar não somente lidar com as demandas do aluno, mas, sobretudo, atuar no contexto do projeto político-pedagógico da escola através do trabalho conjunto com o professor e a gestão escolar.

Neste sentido, em âmbito nacional, tal concepção está inserida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº2, de 7 de abril de 1998), ao expor que:

As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens **são constituídas pelas interações dos processos de conhecimento** com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado: as diversas experiências de vida de alunos, professores e **demais participantes do ambiente escolar, expressa por meio de múltiplas formas de diálogo**, deverá contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã. (CNE/CEB, 1998, p.50) (Grifos nossos)

Cotejando o exposto anteriormente quanto à perspectiva de trabalho exigida para a execução de um efetivo projeto de ensino aprendizagem com o papel da biblioteca na escola bem como o fazer desta escola descrito na concepção de suas diretrizes, é fato que a natureza da função da biblioteca escolar é ser um espaço constituído para, uma vez assimilado pelo aluno, professor e demais entes que constituem os atores do ambiente escolar, possibilitar a interação com os processos de conhecimento de modo a contribuir para uma formação satisfatória do indivíduo,



SISTEMA CFB/CRB

favorecendo o aprender a aprender, ou seja, corroborando para a aquisição da habilidade de aprender, saber obter, utilizar e gerar novas informações.

Ainda, no âmbito das políticas públicas, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento norteador das propostas curriculares das escolas de ensino fundamental e médio, expõem que, a biblioteca escolar é “[...] a primeira das condições favoráveis para a formação de bons leitores, ao lado do acervo de classe e das atividades de leitura” (PCN, v. 2, p. 58). De fato, a existência da biblioteca escolar infere positivamente na qualidade do processo de ensino e isto pode ser observado no destaque oferecido pelo relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), elaborado por Araújo e Luzio (2005), sobre a Avaliação da Educação Básica:

A existência e a utilização efetiva da biblioteca, por exemplo, faz diferença. De acordo com os resultados do Saeb 2003, para a 4ª série, em Leitura, quando até 25% dos alunos da escola fazem uso da biblioteca, a média de proficiência é de 168 pontos. Quando mais de 75% dos alunos utilizam a biblioteca regularmente, a média sobe para 181 pontos. Quando não existe este tipo de recurso para os estudantes, o resultado de desempenho é de 153 pontos. Ainda, os resultados mostram que, **quando há um responsável pela biblioteca escolar, a média aumenta**, e quando os professores realizam atividades dirigidas nesse ambiente, há ganhos importantes e significativos na aprendizagem (ARAÚJO; LUZIO, 2005, p. 62) (Grifos nosso).

Pelo discurso oficial do Estado brasileiro, há o reconhecimento da importância da biblioteca na escola que eleva os níveis de desempenho, índices estes acentuados quando da presença de um responsável pela execução do trabalho que, para promover tal “performance” positiva, deverá possuir competências para a execução integrada do trabalho a ser realizado.

Diante o exposto, é mister afirmar que a existência da biblioteca na escola torna-se indispensável para a formação do indivíduo e que não é só necessário disponibilizar acervos mas, acima de tudo, viabilizar o acesso ao conjunto de saberes que este acervo possui para que, a partir do contexto da escola, do seu projeto pedagógico e da cultura geral que compõe tal conjunto de saberes que fundamentam e dão sentido ao modo de vida e à existência de cada membro da comunidade escolar, a biblioteca



SISTEMA CFB/CRB

possa contribuir para criar mecanismos capazes de promover a superação das dificuldades de modo a alcançar os objetivos desejados pela proposta pedagógica desenvolvida no âmbito da escola. Assim, segundo o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) (2000, p.2) sobre a biblioteca escolar, são seus objetivos:

- a) Apoiar a todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para a avaliação e uso da informação, independente da forma, do formato ou mídia, incluindo com sensibilidade aos modos de comunicação dentro da comunidade; Verifique o original
- b) Favorecer o acesso a recursos locais, regionais, nacionais e globais e a oportunidade para que os estudantes exponham diferentes idéias, opiniões e experiências;
- c) Organizar atividades que estimulem a sensibilidade e a consciência cultural e social;
- d) Trabalhar com estudantes, professores, administradores e pais para realizar a missão da escola;
- e) Proclamar a idéia de que a liberdade de expressão e o acesso à informação são essenciais à efetiva e responsável cidadania e participação na democracia;
- f) Promover a leitura, recursos e serviços da Biblioteca a toda a comunidade escolar e à comunidade externa.

Segundo o organismo internacional, cabe a biblioteca escolar oferecer informação e idéias que são fundamentais para que a comunidade escolar seja capacitada para saber como a informação é organizada, como pode ser encontrada e usada de forma que tais competências favoreçam uma aprendizagem ao longo da vida e desenvolva a imaginação, permitindo a formação de cidadãos responsáveis. Ademais, cabe à biblioteca escolar:



SISTEMA CFB/CRB

- a) Apoiar o desenvolvimento do programa escolar, para contribuir com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- b) Organizar os serviços sobre uma estruturada coleção de recursos educativos que responda ao que estabelece o currículo da escola e às necessidades da comunidade educativa;
- c) Promover e desenvolver, com especial dedicação, o serviço de leitura para despertar o interesse dos alunos para o conteúdo dos materiais educativos;
- d) Contribuir para a melhoria da ação educativa, apoiando um processo de ensino-aprendizagem que seja participante, ativo e individualizado.

Para atender a tais questões, a biblioteca escolar, como unidade prestadora de serviços de informação e educação que busca, diuturnamente, o estabelecimento de relações e interação entre diferentes sujeitos, informações e linguagens, de modo a contribuir para o cumprimento dos currículos escolares e a formação de todos os envolvidos no processo educativo, deve operacionalizar ações que visem:

- a) Auxiliar na criação e manutenção de um ambiente rico, variado, dinâmico que estimule as inovações no processo educacional e permita aplicar as conquistas no plano do ensino de modo amplo;
- b) Contribuir para o desenvolvimento de um currículo ativo, flexível e dinâmico, baseado na aprendizagem;
- c) Apoiar a seleção e produção de materiais educativos apropriados aos objetivos do programa de estudo;
- d) Orientar professores e alunos no uso dos recursos educativos disponíveis;
- e) Contribuir de forma contínua para a avaliação e análise de programas e materiais educativos.



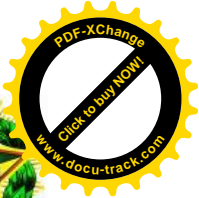
SISTEMA CFB/CRB

Sob o ponto de vista de organismos internacionais e das políticas públicas brasileiras, é incontestável que as bibliotecas escolares são componentes essenciais para apoiar o desenvolvimento de uma nação e, para tanto, elas devem, sobretudo disponibilizar uma série de serviços que oportunizem o uso da informação.

Deste modo, o estabelecimento de um projeto mobilizador que possibilite a concepção e desenvolvimento de uma rede de informação para o ensino público, representa uma intervenção em um setor estratégico do funcionamento das escolas brasileiras. Essa intervenção apela a uma política concentrada na oferta de condições que favoreçam, estimulem e apoiem a criação, o desenvolvimento e a utilização de dispositivos desta natureza.

Assim exposta, a proposta ora defendida pelo Sistema CFB/CRB busca configurar tal intervenção sob as perspectivas:

- a) **Social** – porque contempla, prioritariamente, a sociedade como público-alvo beneficiário;
- b) **Profissional** – tendo em vista que irá exigir a melhoria na qualidade do perfil do bibliotecário envolvido, tanto no atendimento ao público, quanto na operacionalização do sistema;
- c) **Educacional** – uma vez que diante da fragilidade, em termos legais e operacionais, da biblioteca escolar na Rede Pública de Ensino, e do importante papel que ela assume como complemento à sala de aula, na descoberta e na consolidação do conhecimento, é preciso que ela se fortaleça, inserindo-se em um contexto maior fazendo emergir deste cenário a necessidade da constituição de um sistema estruturado e dotado de permanência;
- d) **Filosófico** – motivado pela convicção de que a biblioteca escolar não pode ficar na dependência de uma legislação inconsistente ou ser levada com pouca seriedade no que tange a sua implementação, mas, ao contrário, seja sua situação inequívoca e leve em consideração que o conhecimento acumulado e registrado pelo ser humano ao longo do tempo é condição para



SISTEMA CFB/CRB

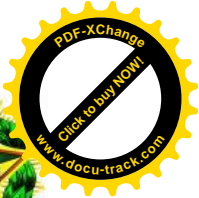
a reflexão e o avanço nos mais diversos níveis; leitura e pesquisa, movidas até pela simples curiosidade, levam o usuário do acervo e da informação a dar um passo à frente.

4 JUSTIFICATIVA

A educação no Brasil é estadualizada, isto é, o Ministério da Educação (MEC) estipula suas diretrizes e cada estado federado estabelece o caminho e direções próprias para traçar as metas, com vistas aos alvos pretendidos. Com obviedade, tudo gira em torno de teorias, recursos e ideologias vigentes entre os grupos envolvidos, em nível político e administrativo. Entretanto, o conjunto dos estados configura um panorama e um resultado que dão o tom de como se apresentam as coisas no País. Neste início do século XXI, em que pesquisas, estatísticas e *rankings* sobre educação estão em evidência, pode-se afirmar que no país, a vertente ensino, ainda pode ser considerada insatisfatória, pois em termos de qualidade, não está categorizada entre as melhores, considerando-se os aspectos da comparação globalizada (Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA / Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, 2000, 2003, 2006).

Conforme destacado anteriormente, o papel e a função da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem são incontestáveis, sendo premente sua existência no contexto educacional.

Na esfera governamental, de modo ampliado, eventuais programas, elaborados no âmbito do MEC, da Fundação Biblioteca Nacional, das secretarias estaduais, ora da cultura, ora da educação, e mesmo nas principais capitais, têm se repetido e reinventado inúmeros projetos que pretendem levar a leitura e a biblioteca a cada município, sem lograr êxito significativo: verbas e esforços são despendidos e poucos resultados são percebidos.



SISTEMA CFB/CRB

De modo igual, o avanço não se faz sentir quando da existência de propostas para a biblioteca na escola: os projetos são menos altissonantes e pecam pela discrepância entre envio de acervos e a falta de definição e provimento de ações técnicas eficazes para organizar, promover a efetiva utilização e zelar por tais estoques que, por si só, somente dispostos em estantes, não fazem o portento de levar o usuário a assimilar os saberes neles existentes. A dissociação entre a sala de aula e o acesso ao mundo do conhecimento – via leitura e pesquisa em fontes de informação no próprio ambiente da escola, disponibilizadas de forma permanente, organizada e lógica, é um dos fatores mais perniciosos com relação a um resultado desejável ligado à qualidade do ensino.

De fato, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), se configura como uma iniciativa desenvolvida pelo governo federal tendo como objetivo: “Estimular o hábito da leitura no aluno, melhorando a aprendizagem por meio da utilização de material paradidático em sala de aula” e seus objetivos específicos visam: “Prover acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente nas escolas públicas do Ensino Básico das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando promover a leitura, além de propiciar melhores condições para inserção dos alunos das escolas públicas brasileiras na cultura letrada” (PNBE, 2008, p.1). Para atingir tais objetivos, em 2006 e 2007 foram investidos R\$103.000.000,00 (cento e três milhões) para: “Distribuição de acervos de livros de literatura para estruturar as bibliotecas das escolas públicas, bem como de outros materiais de interesse, como Atlas geográficos, enciclopédias, etc.” (PNBE, 2008, p.1). Em 2008,

Os acervos serão distribuídos às escolas públicas de educação infantil e às que oferecem as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série ou 2º ao 5º ano) das redes públicas municipais, estaduais, federal e do Distrito Federal. Os acervos serão compostos por textos em verso (poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava-línguas, adivinhas), em prosa (pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias), livros de imagens e de histórias em quadrinhos, entre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal adaptadas ao público da educação infantil e séries/anos iniciais do ensino fundamental (PNBE, 2008, p. 2)



SISTEMA CFB/CRB

O PNBE, criado em 1997, vem se modificando e se adequando à realidade e às necessidades educacionais com recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação, ademais, sua execução ocorre através da parceria entre o FNDE e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Uma vez definidos os critérios de avaliação e atendimento, além da disponibilidade dos recursos orçamentários previstos no Plano Plurianual (PPA), é operacionalizado o programa do referido exercício. As ações do PNBE são executadas de forma centralizada, com o apoio logístico das escolas públicas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais de Educação.

A iniciativa governamental de criar o PNBE, ajustado à linha 1.4 – Distribuição de livros gratuitos, do eixo 1 – Democratização do acesso do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), visa amparar tal empreendimento sobre os fatores qualitativos e quantitativos identificados pela UNESCO como necessários para a existência expressiva de leitores em um país. Especialmente no que tange ao programa em tela, o fator qualitativo que se refere à existência de escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade e o quantitativo o que destaca que deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos, amparam o teor das ações que estão sendo implementadas. Ademais, a UNESCO também aponta que a leitura e o livro estão estreitamente associados à questão geral da competência em informação (*information literacy*) e do aprendizado ao longo da vida, aspecto este que é um direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social.

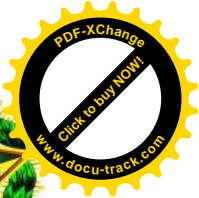
Possivelmente em resposta a tal investimento, o Censo Escolar de 2004 efetuado pelo INEP, apontou que 51,7% dos alunos do ensino básico e profissional dispõem de bibliotecas escolares. É oportuno destacar que das 210.074 escolas que



SISTEMA CFB/CRB

participaram da pesquisa, 52.932, ou seja, 25,2% afirmaram possuir biblioteca escolar cuja localização e dependência administrativa pode ser observada na Tabela 1.

Unidade da Federação	Total	Biblioteca									
		Urbana					Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	52.932	45.966	139	16.192	12.356	17.279	6.966	43	1.905	4.786	232
Norte	3.194	2.702	10	1.454	636	602	492	3	174	293	22
Roraima	547	412	-	226	60	126	135	2	20	108	5
Acre	167	141	1	97	19	24	26	-	23	3	-
Amazonas	635	584	4	305	130	145	51	-	17	31	3
Roraima	141	110	2	89	10	9	31	-	29	2	-
Pará	921	763	2	302	279	180	158	-	45	108	5
Amapá	226	179	-	105	30	44	47	-	34	7	6
Tocantins	557	513	1	330	108	74	44	1	6	34	3
Nordeste	12.286	10.352	42	3.120	2.561	4.629	1.934	17	138	1.678	101
Maranhão	979	823	3	279	208	333	156	3	21	106	26
Piauí	856	673	4	205	161	303	183	1	4	170	8
Ceará	3.083	2.276	5	513	817	941	807	2	13	774	18
Rio Grande do Norte	888	831	3	342	173	313	57	1	11	42	3
Paraíba	884	818	4	298	187	329	66	1	18	46	1
Pernambuco	2.155	1.976	7	613	316	1.040	179	3	26	145	5
Alagoas	455	386	3	103	101	179	69	1	3	59	6
Sergipe	322	292	3	113	41	135	30	1	5	20	4
Bahia	2.664	2.277	10	654	557	1.056	387	4	37	316	30
Sudeste	20.608	19.111	53	6.085	4.607	8.366	1.497	10	399	1.032	56
Minas Gerais	8.983	7.953	18	3.074	2.268	2.593	1.030	8	245	763	14
Espírito Santo	1.052	943	4	352	253	334	109	2	33	61	13
Rio de Janeiro	3.593	3.409	26	986	522	1.875	184	-	65	107	12
São Paulo	6.980	6.806	5	1.673	1.564	3.564	174	-	56	101	17
Sul	13.330	10.531	27	4.169	3.836	2.499	2.799	8	1.136	1.626	29
Paraná	4.536	4.032	9	1.581	1.446	996	504	1	253	234	16
Santa Catarina	2.542	2.151	7	824	790	530	391	3	128	257	3
Rio Grande do Sul	6.252	4.348	11	1.764	1.600	973	1.904	4	755	1.135	10
Centro-Oeste	3.514	3.270	7	1.364	716	1.183	244	5	58	157	24
Mato Grosso do Sul	608	575	1	190	135	249	33	-	6	24	3



SISTEMA CFB/CRB

Mato Grosso	825	718	1	337	178	202	107	2	24	74	7
Goiás	1.739	1.653	4	641	403	605	86	3	12	59	12
Distrito Federal	342	324	1	196	-	127	18	-	16	-	2

Tabela 1 – Número de Bibliotecas, por localização e dependência administrativa, segundo região geográfica e unidade federativa, em 31/03/2004
FONTE: MEC/INEP, 2004.

Pelos dados expostos na Tabela 1, pode-se notar que a Região Sudeste é a que apresenta maior número de bibliotecas escolares e que a zona urbana possui quase a totalidade delas em todo o território nacional. É oportuno destacar também que o Censo Escolar 2004 aponta ainda que 1,4% das bibliotecas escolares são dirigidas por bibliotecários.

No que tange aos dados quantitativos, como os expostos na Tabela 1, Sátyro e Soares (2007), em uma análise sobre a infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental, apontam que a existência de bibliotecas nas escolas aumentou significativamente entre o período de 1997 a 2005, pois os dados assinalam que de 157.891 escolas em 1997, o país chegou a 108.500 sem bibliotecas em 2005. Contudo, quando o estudo envolve a condição qualitativa da oferta de informação, as análises são pautadas unicamente sob o prisma da existência de móveis, equipamentos, total de obras didática, de literatura infantil, juvenil, dicionário, mapas, gramáticas além de estantes, armários, computadores entre outros itens. Diante o exposto, considerando que o período em análise abrange o tempo de existência do PNBE, é possível inferir que o aumento significativo ocorreu em função da distribuição de acervos, viabilizados através do Programa.

No que pese ser esta a única iniciativa desenvolvida no âmbito da federação para as bibliotecas escolares², os objetivos acima expostos permitem afirmar que tal Programa não atende as expectativas do contexto onde se inserem as discussões apresentadas neste projeto mobilizador tendo em vista que:

² O governo federal possui outros programas voltados para as questões de leitura, desenvolvidos no âmbito do Plano Nacional do Livro e da Leitura, contudo eles estão destinados à biblioteca pública, que não é foco deste projeto mobilizador.



SISTEMA CFB/CRB

- a) O PNBE está pautado para estimular o hábito da leitura do aluno, melhorando a aprendizagem, contudo, a missão da biblioteca escolar não envolve tão somente a questão da leitura como já exposto. Cabe a ela atuar no tríplice papel que lhe é atribuído: leitura, pesquisa e cultura de modo a favorecer a criação de competências informacionais nos educandos. Isto sim permitirá que a cidadania se constitua através do exercício da reflexão, da criatividade e da crítica;
- b) O Programa atua na distribuição de acervos de livros de literatura para estruturar as bibliotecas das escolas públicas, contudo não possibilita o desenvolvimento de serviços que possam favorecer o acesso aos saberes por eles disponibilizados. Neste sentido, a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), Acórdãos nº604/2004 e nº1287/2005, reconhece sua relevância para o aprimoramento da consciência crítica, entretanto, especialmente o último documento, expõe que os problemas de execução estão associados a “[...] existência de limitações na infra-estrutura física das escolas, para utilização dos acervos, **ausência de profissionais responsáveis pela biblioteca [...]**” (TCU, 2005, p.8) (grifos nossos), reconhecendo assim que a simples distribuição de obras não atende as expectativas de existência de um adequado serviço de informação. Tal inexistência de profissional habilitado é demonstrada pelo Censo Escolar 2004, como exposto, cujo resultado mostra também que é o professor quem mais exerce a função de bibliotecário. Os estudos brasileiros³ demonstram que este professor é na maioria das vezes levado a trabalhar na biblioteca da escola por problemas oriundos do seu desempenho em sala de aula, o que configura-se em um sério problema para os serviços desenvolvidos no contexto da biblioteca, uma vez que ao possuir as funções já destacadas, ela

³ As teses de Neves (2000) e de Mayrink (1991), além das dissertações de Barros (1998), Dios (1989), Amaro (1998), Santos (2002), Silva (2001) e Pércola (1998), todas referenciadas no final deste projeto mobilizador, além dos trabalhos executados pelo único grupo brasileiro de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Pesquisa –



SISTEMA CFB/CRB

demanda uma gestão competente que envolve habilidades, atitudes e conhecimentos capazes de conduzir com eficiência e eficácia as ações a serem executadas. Ademais, tais estudos ainda revelam que os docentes não estão, na maioria das vezes, preparados para fazer uso adequado deste elemento auxiliar de aprendizagem, pois, encaminham os alunos para a biblioteca, para executarem tarefas de que refletem na execução de cópias de textos, intituladas “pesquisa”, ou então, possibilitam a ida dos discentes para tal espaço de disseminação de saberes para ocupar um tempo que ele, o professor, não destinou a nenhuma atividade. Tais ações são resultantes da existência de profissionais inabilitados para o desenvolvimento das atividades destinadas à biblioteca escolar.

Em consonância com as críticas acima expostas sobre o Programa, Paiva e Berenblum (s.d, p. 13-14), ao efetuarem uma avaliação diagnóstica sobre o PNBE em atendimento a solicitação da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC sob os auspícios da UNESCO concluem que:

Além do nível de formação, do tempo e da experiência na docência ou na função exercida na escola, a insegurança, a ausência de interesse e de criatividade no uso dos recursos bibliográficos e da própria biblioteca foram características evidenciadas a partir da pesquisa. O espaço da biblioteca escolar também pôde ser questionado. Em grande parte das escolas esse dispositivo não existe como tal, sendo substituído por salas de leitura, “cantinhos” etc. O desenho de bibliotecas nos projetos arquitetônicos das escolas é raro, inclusive quando foram projetadas como parte do edifício escolar, e a dinâmica institucional conduz ao ‘reaproveitamento’ das bibliotecas como salas de aula, sempre que a escola pensa em expansão de matrículas. Pensar a biblioteca escolar com características físicas que transcendam a idéia de uma sala com estantes de livros não foi o denominador comum nas escolas visitadas. Pelo contrário, **muitas bibliotecas se confundiam com depósitos de livros amontoados sem nenhum critério nem organização e, muitas vezes, se encontraram os livros empacotados em suas embalagens originais.** Outras se reduziam à “armariotecas”, os livros se encontravam guardados em armários trancados a chave, não estando disponíveis para consulta de alunos ou professores. Em muitas bibliotecas não existiam registros dos livros em catálogos, o que implicava desconhecimento por parte

CNPq que estuda a temática, o Grupo de Estudos em Bibliotecas Escolares da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que constituiu uma base de referências sobre a temática, apontam para o exposto.



SISTEMA CFB/CRB

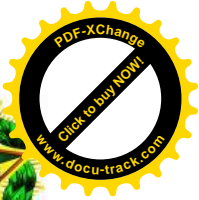
da comunidade escolar sobre a quantidade e qualidade das obras de que dispunham. Do ponto de vista do profissional que atua nas bibliotecas, registrou-se a inexistência quase total de bibliotecários com formação, a ausência de cursos que qualifiquem os responsáveis para a função e a pouca valorização da problemática do livro, da leitura e da biblioteca no currículo da maioria dos cursos de formação. **A figura mais comum encontrada neste espaço é a do “professor readaptado”, ou seja, deslocado da função de regente de turma por problemas de saúde.** (Grifos nossos)

Independentemente das ações desencadeadas pelo PNBE e das críticas a ele efetuadas, alguns diagnósticos existentes sobre a biblioteca escolar brasileira⁴ apontam para o fato de que, na realidade, enquanto espaço físico e acervo, elas existem em quantidade, mas não em qualidade. Destacam ainda que os serviços oferecidos, além de precários, são marcados por improvisações, inexistência de pessoal qualificado, falta de sistematização e continuidade de suas ofertas, mesmo em termos de circulação. Tal fato pode ser observado também na exposição de Pereira (2004, p.1) que, ao avaliar a orientação à pesquisa bibliográfica a rede pública de ensino da cidade de Marília – SP, asseverou

[...] que os encarregados não têm o conhecimento suficiente para orientar os alunos na pesquisa, eles apenas disponibilizam os materiais; mas, quando chega a hora dos alunos pesquisarem, não sabem orientar os estudantes a estruturar os novos conhecimentos. Neste caso, se faz necessário estar presente nas escolas, o bibliotecário, pois ele certamente amenizaria os problemas de pesquisa bibliográfica dos alunos e dos demais usuários da biblioteca escolar.

De fato, os diagnósticos existentes apontam para a grande maioria dos responsáveis técnicos e diretores das escolas não tem noção dos serviços que podem ser oferecidos, isso impede que muitas oportunidades sejam criadas e que essas bibliotecas atuem como ambientes de busca e aprimoramento de conhecimentos. Os diretores das escolas e responsáveis técnicos não têm domínio sobre a concepção de seu funcionamento e se arriscam a opinar apontando o espaço físico como única

⁴ Os diagnósticos foram elaborados por: Duarte (1998), em João Pessoa (PB); Martucci e Milani (1999), no município de São Carlos (SP); Oliveira, Moreno e Cruz (1999), em Londrina (PR); Oliveira (1999), em Brasília; Lima e Santos (2001), no município de Manaus; Abreu *et alli.* (2004), em Belo Horizonte (MG); Nascimento e Castro Filho (2007), sobre o município de Ribeirão Preto (SP) e Penedo (2008), em Manaus.



SISTEMA CFB/CRB

diferença entre biblioteca e sala de leitura: a biblioteca seria aquela com maior espaço físico, a despeito da constituição do acervo, serviços oferecidos e nível de tratamento das obras. Ainda é oportuno destacar, a partir da análise dos poucos diagnósticos existentes no Brasil, que na maioria dos casos, o horário de atendimento não é regular nem suficiente para atender aos alunos sendo que os raros freqüentadores, pouco usam ou sabem das suas potencialidades em termos de serviços, ou seja, os dados do Censo Escolar 2004 que destacam que 51,7% dos alunos do ensino básico e profissional dispõem de bibliotecas escolares, não permite inferir que estes discentes, de fato, usem ou pelo menos reconhecem a existência deste espaço para mediar seu processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, considerando que uma das atividades a ser desenvolvida pela biblioteca escolar é o incentivo à leitura, o Instituto Pró-Leitura (IPL) efetuou no primeiro semestre de 2008, a segunda edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, que se constitui no principal estudo sobre o comportamento do leitor no país na expectativa de contribuir para a avaliação dos impactos das políticas públicas que possibilitam o acesso ao livro e a leitura, visando identificar as que efetivamente trouxeram resultados no incentivo do hábito de ler,

A pesquisa objetivou diagnosticar e medir o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros e levantar junto aos entrevistados suas opiniões quanto à leitura. Dentre os objetivos específicos destaca-se que a pesquisa buscou, também, identificar e avaliar os canais e formas de acesso à leitura e as principais barreiras encontradas.

É fato que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que a taxa de analfabetismo caiu de 20,1% para 13,6% da população, o que permitiria assegurar que o Brasil estaria próximo de ser um país de leitores, entretanto, segundo relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) ⁵, o Brasil possui o pior índice de avaliação sobre leitura entre jovens de 32

⁵ O PISA é uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências. O exame é realizado a cada três anos pela Organização para Cooperação e



SISTEMA CFB/CRB

países industrializados. É oportuno destacar que sobre este aspecto, o programa busca avaliar a compreensão, o uso e a reflexão sobre textos escritos para alcançar objetivos pessoais, desenvolver o conhecimento e o potencial individuais e participar plenamente da vida em sociedade.

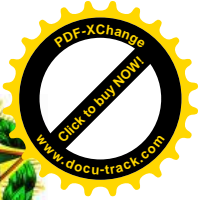
Neste sentido, torna-se oportuna a pesquisa realizada que, de modo amplo, destaca que o brasileiro lê, em média, 1,8 livro por ano, índice muito baixo, principalmente se comparado ao de países como França (7), Estados Unidos (5,1), Inglaterra (4,9) ou Colômbia (2,4), o que confirma os dados do PISA, embora estes não assegurem que esta média implique na compreensão, uso e reflexão dos textos lidos.

Especialmente no que diz respeito ao uso das bibliotecas como um canal de acesso à leitura, tendo em vista ser este o foco do projeto em questão, as análises do Instituto Pró Livro, efetuadas por Maria Antonieta da Cunha (IPR, 2008, p. 33-34) mostram que:

Com relação aos dados levantados sobre o uso de bibliotecas, a pesquisa mostra que **muitos dos entrevistados sequer conhecem esse equipamento no bairro ou na cidade**. Segundo informação de 2005 do Ministério da Cultura - e a situação, hoje, já é mais favorável - quase 90% dos municípios brasileiros têm pelo menos uma biblioteca. No entanto, apenas 66% dos entrevistados confirmam isso. A essa desinformação, soma-se a incômoda indicação de que apenas **10% dos entrevistados freqüentam assiduamente tal espaço**. A porcentagem geral de **75% de não usuários de bibliotecas sobe ainda mais**, quando são consideradas as respostas dos acima de 39 anos, confirmando a já comentada idéia de **que leitura é para quem estuda** (isso mesmo se observa nas pequenas cidades, o que será comentado mais adiante).

Em alguns Estados, aliás, a **biblioteca escolar é mais freqüentada do que a pública**. É o que ocorre no Pará, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tais dados explicam o fato de que apenas um número reduzido de usuários (10%) vá à biblioteca

Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade formada por governos de 30 países que têm como princípios a democracia e a economia de mercado. Seu objetivo principal é produzir indicadores que contribuam, dentro e fora dos países participantes, para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação. O Brasil participa do Pisa por meio do INEP, responsável pela aplicação das provas em todo o País. Essa participação tem o intuito de situar o desempenho dos alunos brasileiros no contexto da realidade educacional internacional, além de possibilitar o acompanhamento das discussões sobre as áreas de conhecimento avaliadas pelo PISA em fóruns internacionais de especialistas. A participação nesse processo de avaliação internacional leva, ainda, à apropriação de conhecimentos e metodologias na área de avaliação educacional. Participaram do Pisa 2006 57 países. (Disponível em <http://rcef.fis.unb.br/rcef/frame.php?url=http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/internacional/news07_05.htm>. Acesso em 09 jul. 2008)



SISTEMA CFB/CRB

para ler por prazer e muito poucos (2%) aproveitem (ou tenham) outras atividades nesse espaço. Por outro lado, apenas 7% dos entrevistados empregados afirmam que a empresa onde trabalham possui biblioteca ou hemeroteca – o que deveria merecer uma ação efetiva de conscientização sobre o valor da leitura para o crescimento da própria firma.

É importante sublinhar que os **10% de freqüentadores assíduos das bibliotecas estão muito satisfeitos com os serviços por elas prestados, em torno dos quais há uma quase unanimidade: a esmagadora maioria (predominantemente acima de 90%) diz gostar muito da biblioteca, ser atendida por bibliotecários (que saberão a esse respeito?), ser bem atendida e ser orientada quanto à indicação de obras, e nela encontrar todos os livros que procura.**

De todo modo, é evidente que, também as bibliotecas, mesmo tais como são, **precisam buscar leitores, seja por algum tipo de promoção** (também elas indo além de suas paredes), seja por uma ampliação de seu caráter, tornando-se mais próximas da atuação de centros culturais, onde esteja, sobretudo, o livro, mas todos os suportes de leitura (inclusive a internet, como vêm procurando projetos do MinC), além de outras manifestações culturais e artísticas – tudo isso que se configura, nos tempos atuais, como formas também importantes de leitura.

Sabemos que a alegada falta de tempo para freqüentar bibliotecas e para ler (seja o que for) abrange ou encobre uma série de sentimentos e posições: por exemplo, o desinteresse e as prioridades de cada um (entre as quais, obviamente, não está a leitura), além da eventual sobrecarga de trabalho e obrigações. A estes e mais **aos que se queixam de difícil acesso a bibliotecas, precisamos oferecer facilidades especiais**, como apoiar e multiplicar os projetos que se baseiem no deslocamento de materiais de leitura para pontos estratégicos, que vão do metrô e dos ônibus (nas regiões metropolitanas, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, 7% dos entrevistados lêem no trânsito) a praças, jardins, hospitais, prisões, centros esportivos, empresas, residências particulares. Divulgar e apoiar, das mais diversas formas, inclusive financeiramente, quando possível, as incontáveis iniciativas vitoriosas de promoção de leitura (a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e o Prêmio Vivaleitura, com âmbitos diferentes, premiam projetos desse tipo). **(grifos nosso)**

Os pontos elencados pela pesquisadora Maria Antonieta da Cunha (2008) permite inferir que os dados do Ministério da Cultura são inerentes a bibliotecas públicas e não às escolares. No que pese as primeiras assumirem no Brasil o papel das segundas, a existência de acervo não garante o uso, como já discutido anteriormente. Neste sentido, a reportagem de Márcia Erthal que circulou no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, em 1º de julho de 2008, reforça esta tese ao destacar que:

O governo Lula, até o final do ano, **vai implantar 793 novas bibliotecas públicas no País através do Programa Livro Aberto da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)**. Quem afirma isso é o professor Muniz Sodré,



SISTEMA CFB/CRB

presidente da Fundação Biblioteca Nacional. Até 2003 havia 1.173 cidades sem bibliotecas públicas no País, equivalentes a 21,09% do total de 5.561 municípios brasileiros. No final de 2007 serão apenas 380 cidades sem o equipamento ou 6,83% do total.

“A prioridade absoluta da presidência da Fundação Biblioteca Nacional é a **manutenção dos 9,5 milhões de itens do acervo (35 mil novos livros por ano)**. Em segundo lugar, temos a obrigação de fazer ler, de disseminar a cultura e o conhecimento, porque também não adianta um ‘museu de livros morto’, apenas para guardar pretensas glórias, sem que sirva de referência às novas gerações, para que elas possam cotejar, comparar e até descartar o que não for mais importante hoje”, afirma Muniz Sodré. (**grifos nosso**)

Cotejando o exposto pela reportagem de Márcia Erthal, com as análises de Maria Antonieta para o IPR (2008), observa-se que a pesquisa destacou que em alguns Estados da Federação a biblioteca escolar é mais freqüentada do que a pública, embora muitos investimentos sejam necessários para oferecer, também, uma biblioteca pública de qualidade para atender as questões da competência informacional desejada. Entretanto, o resultado da investigação é categórico em afirmar/**mostrar** que: “Todos os dados apontam, portanto, para a necessidade de a escola assumir verdadeiramente seu papel de formadora de leitores, intensificando sua ação em todas as direções que se relacionam com o gosto pela leitura” (IPR, 2008, p. 32).

As análises de Maria Antonieta para o IPR (2008) sobre a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, ainda sinalizam que o ato de ler é, no entendimento dos entrevistados, para quem estuda e ainda, que 10% dos entrevistados freqüentam assiduamente uma biblioteca, e que estão muito satisfeitos com os serviços por elas prestados, ou seja, a oferta de serviços que transpasse a simples disponibilização de acervo, assegura a satisfação do usuário. Com efeito, tal dado mostra que a biblioteca ainda é vista como um lugar desinteressante para a população. A maioria dos entrevistados - 67% - afirmou que sabe da existência de uma biblioteca pública em sua cidade, mas 73% declararam que não costumam usá-la. A estimativa indica que 3 (três) em 4 (quatro) brasileiros não vão a bibliotecas. Estes dados, por si só, já justificariam uma ampla ação no sentido de reverter à situação apontada.

A dissertação de Yêda Penedo é o mais recente diagnóstico produzido sobre as bibliotecas escolares. Sob o título *De usuário a cidadão: o acesso á informação ambiental em bibliotecas escolares de Manaus*. A pesquisa demonstra que a oferta de



SISTEMA CFB/CRB

serviços e produtos de informação para atender às necessidades do público escolar é o que assegura o uso efetivo da biblioteca na escola, ou seja, a simples existência de acervo, disponibilizado pelo poder público, não garante a alunos e professores, que esses possam constituir uma competência informacional para atingir os patamares desejados, até porque, muitas vezes, o material disponibilizado é resultado de uma aquisição que não reflete o projeto pedagógico da escola. Neste aspecto, as conclusões são as de que:

A pesquisa evidenciou que ações necessitam ser efetivadas para que as Bibliotecas [escolares] possam cumprir seu papel pedagógico. A ação inicial deve ser praticada pelas entidades responsáveis por essas instituições é adotar critérios para uma política de desenvolvimento de coleções, ação fundamental para que se tenha acervo de qualidade que possa atender às necessidades de seu público. [...] além da aquisição do acervo, é urgente a necessidade de reestruturação das Bibliotecas Escolares, buscando melhorar o espaço físico [...]. Todavia, de nada adianta a aquisição de acervos, computadores, estantes, se não houver profissionais capacitados para disponibilizar informações à comunidade. (PENEDO, 2008, p. 156-157)

No contexto do Sistema CFB/CRB, a inspeção recentemente feita pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB8) em quarenta escolas da rede pública estadual de São Paulo concluiu que o atendimento nas bibliotecas dessas instituições é impróprio. Dentre os principais problemas identificados para emitir tal parecer, o CRB8 destaca que os mais graves são: a falta de bibliotecários, arquitetura imprópria e falta de informatização para organizar as obras. A escolha dos colégios fiscalizados foi aleatória e a lista com os nomes não foi divulgada.

Diante o exposto, no âmbito da escola pública, o aluno deve ter à sua disposição, em cada unidade escolar, no território brasileiro, uma biblioteca compatível com o nível de ensino em que se insere, tanto de acordo com os padrões quantitativos quanto qualitativos. Para que haja uma boa articulação entre as bibliotecas escolares, é preconizado que estejam organizadas em um sistema, favorecendo a integração das atividades a serem desenvolvidas nas diversas unidades que deverão compô-lo. Como parte de um sistema, elas devem estar articuladas com objetivos comuns, porém mantendo sua autonomia; de qualquer forma, fortalecem-no, sistema, e são por ele



SISTEMA CFB/CRB

fortalecidas, voltadas para um ensino forte e de qualidade, mesmo que esse ensino preserve suas peculiaridades intrínsecas.

Na motivação deste projeto, sobrepõe-se o espírito de cidadania, com vistas a dar uma contribuição aparentemente singela para impor qualidade ao ensino no País, depauperado em relação aos resultados que apresenta na educação dos jovens brasileiros.

O Sistema CFB/CRB confia que a universalização da biblioteca na escola pública, inserida em um sistema de informação que atenda de forma coerente, consistente, não só o alunado mas também os atores que operam na área educacional, fará a diferença no resgate e/ou na obtenção da qualidade do ensino e nos efeitos sobre os beneficiários, pois certamente se constituirá em um fator importante para avançar na busca do conhecimento e formação de mentes jovens mais preparadas e críticas.

Nesta abrangência, o Sistema CFB/CRB compreende que o trabalho da biblioteca escolar há de ter como ponto de partida o contexto da escola, seu projeto pedagógico e a cultura geral que compõe o conjunto de saberes que fundamentam e dão sentido ao modo de vida e à existência de cada membro da comunidade escolar. Isto implica analisar uma dada realidade, refletindo sobre as condições existentes e prever as formas alternativas de ação para superar as dificuldades ou para alcançar os objetivos desejados pela proposta pedagógica desenvolvida no âmbito da escola.

O gasto de numerário público, com valores já destacados, em acervo, principalmente com livros, verba que, em última instância, deixa os cofres públicos a partir da arrecadação efetuada através do contribuinte, configura-se em desperdício e malbaratação do patrimônio cultural que falsamente está sendo construído, pois a informação não cumpre o seu potencial de circulação, seja em termos sociais ou geográficos, melhorando o nível de conhecimento do alunado e dos educadores em geral. A adoção e a integração ao sistema proposto, que implicará a existência prévia ou a implantação de bibliotecas nas escolas públicas, poderão ocorrer no âmbito de cada diretoria de ensino, de cada município ou região, ampliando-se de forma



SISTEMA CFB/CRB

progressiva e irreversível, na medida em que suas vantagens e benefícios forem sendo percebidos.

5 OBJETIVOS

5.1 Geral

Contribuir efetivamente para a qualidade do ensino, no território nacional, que tire o Brasil de uma situação difícil no que tange à circulação da informação e do conhecimento na escola pública, em geral.

5.2 Específicos

- a) Constituir uma rede de atores institucionais nos diversos segmentos sociais que atuam em prol da biblioteca escolar e as autoridades educacionais, com o intuito de que sejam atendidos os aspectos de política pública voltada para a concretização deste projeto;
- b) Diagnosticar a situação institucional da biblioteca escolar na rede pública de ensino brasileira, tomando-o como ponto de partida para o planejamento subsequente;
- c) Levantar as condições das diretorias de ensino, como pré-requisito para a implantação de uma rede de informação para o ensino público, progressivamente em âmbito local, municipal, estadual, e assim por diante;
- d) Identificar, nos diversos níveis de governo, os projetos oficiais já existentes que possam ser úteis e facilitar a implantação da presente proposta, em situação mais ampla;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do projeto e paralelamente criar condições para que, depois de implantada, a rede inicial possa vir a evoluir para uma estrutura de sistema e supere a inconsistência e a efemeridade que têm caracterizado as coisas da educação no país;



SISTEMA CFB/CRB

- f) Constituir um fórum permanente de discussão nacional sobre a problemática da biblioteca escolar para que se organize um espaço para o pensar e o planejar da mediação do saber;
- g) Provocar a formação de bibliotecários escolares no âmbito da pós-graduação *lato sensu* de modo a favorecer a geração de profissionais críticos, capazes de consolidar a proposta por ora apresentada.

6 ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO

Como o propósito deste projeto é amplo e irrestrito, até por ter as características de política pública, a proposta terá de contar com a assimilação do seu teor e a adesão progressiva em vários níveis administrativos para que, primeiro, se forme a rede que futuramente poderá se transformar em um sistema. Portanto, argumentação e convencimento de políticos e autoridades na área educacional são fatores indispensáveis para o andamento do processo.

Considerando os objetivos propostos, esta proposta privilegia percursos a serem trilhados na perspectiva de atingir com maior eficácia os resultados esperados. Para tal, propõe-se que a execução deste projeto seja pautada pela trajetória a seguir exposta:

1. Identificar possíveis parceiros, discutindo a proposta delineada, seu papel para a eficácia operacional do projeto de modo a obter sua adesão.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – contatar parceiros que atuem em nível nacional com intuito de sensibilizá-los para legitimar a proposta, cabendo a este ente do Sistema constituir uma versão padronizada do projeto para promover as demais articulações necessárias em níveis que não sejam de sua competência;



SISTEMA CFB/CRB

- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – identificar parceiros que atuem no espaço de cada jurisdição utilizando, no processo de sensibilização para adesão, a versão do projeto padronizada pelo CFB, incluindo-se neste contexto, as secretarias municipais (minimamente a da capital) e estaduais de educação, os conselhos de educação e outras entidades que julgar necessária para o cumprimento dos objetivos expostos.

Prazo: 90 (noventa) dias que antecedem o lançamento oficial do projeto, que ocorrerá em 11 de setembro de 2008.

2. Caracterizar a real situação das bibliotecas escolares da rede de ensino público brasileiro de modo a possibilitar o levantamento de dados que permitam o delineamento de ações visando à atuação eficiente destes organismos.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – promover as articulações em âmbito nacional com os parceiros visando delinear os percursos para obtenção de dados, incluindo o instrumento de coleta de dados bem como suas estratégias;
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – através de sua atividade de fiscalização, coletar os dados no âmbito de sua jurisdição de modo a corroborar para elaboração de um diagnóstico da situação institucional da biblioteca escolar na rede pública de ensino brasileira;
- c) Parceiros – colaborar na constituição do delineamento da pesquisa indutiva de caráter exploratório, descritivo e comparativo que constitui o diagnóstico a ser realizado.

Prazo: 360 dias a contar da data de lançamento do projeto.

3. Compor, a partir do conhecimento da realidade, as condições mínimas para funcionamento da rede de informação para o ensino público brasileiro.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros



SISTEMA CFB/CRB

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – agenciar as articulações em âmbito nacional com os parceiros visando compor critérios para composição da rede de informação para o ensino público brasileiro;
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – corroborar com a apresentação de dados previamente solicitados relativo às condições existentes nas secretarias de Educação, bem como com as discussões que se façam necessárias para o delineamento da rede;
- c) Parceiros – colaborar nas discussões em torno da composição da rede de informação para o ensino público brasileiro.

Prazo: 90 dias após a conclusão do diagnóstico.

4. Articular com os órgãos responsáveis e previamente contatados, a implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro em conformidade com os delineamentos traçados.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – promover as articulações em âmbito nacional com os parceiros de modo a facilitar o processo de implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro;
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – acompanhar a implantação do projeto, através de sua atividade de fiscalização, que darão retorno sobre sua evolução, por meio de relatórios, bem como subsídios para a transformação, no momento adequado, da rede de informação em um sistema de informação;
- c) Parceiros – apoiar o processo de implantação através de mecanismos que lhes são próprios em consonância com a sua aptidão.

Prazo: 360 dias após o estabelecimento dos critérios básicos para o funcionamento da rede de informação do ensino público brasileiro.



SISTEMA CFB/CRB

5. Monitorar os projetos existentes em âmbito governamental que possam ser acionados articuladamente para promover a implantação da rede de informação do ensino público brasileiro.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – identificar, em nível nacional, os possíveis projetos existentes bem como os segmentos governamentais por eles responsáveis e contatá-los com intuito de expor o objeto e objetivo da proposta para obter o apoio na dotação de dos recursos.
- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – identificar, em nível regional, os possíveis projetos existentes bem como os segmentos governamentais por eles responsáveis e contatá-los com intuito de expor o objeto e objetivo da proposta para obter o apoio na dotação de dos recursos.
- c) Parceiros – identificar, nos diversos níveis, os possíveis projetos existentes na esfera pública ou privada bem como os segmentos por eles responsáveis e corroborar no processo de sensibilização para obter o apoio na dotação de dos recursos.

Prazo: 90 dias após a conclusão do diagnóstico.

6. Levantar a legislação, em trâmite, para aprovação, que contribua para promover a implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro bem como propor a criação de novas leis que se façam necessárias.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – identificar os projetos de lei que estejam tramitando na Câmara Federal e no Senado Federal e seu proponente, contatá-lo com intuito de obter seu apoio para o projeto, seja através da qualificação da proposta, se for o caso, seja da proposição de algo novo, que constitua interesse para implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro;



SISTEMA CFB/CRB

- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – identificar os projetos de lei que estejam tramitando nas Câmaras Municipais (minimamente da capital) e nas Assembleias Legislativas e seu proponente, contatá-lo com intuito de obter seu apoio para o projeto seja através da qualificação a proposta, se for o caso, seja da proposição de algo novo, que constitua interesse para implantação da rede de informação para o ensino público brasileiro;
- c) Parceiros – apoiar as articulações necessárias para a obtenção das adesões buscadas.

Prazo: 180 dias após o lançamento do projeto.

7. Mobilizar os segmentos que atuam no contexto desta proposta de modo a criar um fórum permanente de discussão sobre a biblioteca escolar.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – articular com o Ministério da Educação a criação do Fórum Nacional de Bibliotecas Escolares bem como do Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares;
- b) Conselho Regional de Biblioteconomia – articular com as Secretarias de Educação dos estados de sua jurisdição a participação de representantes estaduais no Fórum Nacional de Bibliotecas Escolares bem como no Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares;
- c) Parceiros – apoiar as articulações necessárias para a obtenção das adesões buscadas.

Prazo: 180 dias após o lançamento do projeto.

8. Fomentar a formação de profissionais bibliotecários para atuação qualificada no contexto da proposta.

Responsabilidade: Sistema CFB/CRB e parceiros

- a) Conselho Federal de Biblioteconomia – contatar os organismos, em âmbito nacional, responsáveis pelo processo de formação, para discutir a oferta de



SISTEMA CFB/CRB

conteúdos inerentes às particularidades exigidas para atuação no contexto escolar.

- b) Conselhos Regionais de Biblioteconomia – contatar os cursos de Biblioteconomia, no âmbito de sua jurisdição para discutir a oferta de conteúdos inerentes às particularidades exigidas para atuação no contexto escolar.
- c) Parceiros – participar das discussões em torno da formação do bibliotecário escolar bem como contribuir para as ações que viabilizem tal processo.

Prazo: 180 dias após o lançamento do projeto.

7 POSSÍVEIS PARCEIROS E PAPÉIS

- a) Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) – Coordenar o diagnóstico nacional sobre a situação das bibliotecas escolares; trabalhar a possibilidade de articular uma proposta de formação em nível de pós-graduação *lato sensu* para formação de bibliotecários escolares;
- b) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) – Articulação política para afiançar a discussão nacional e avaliar, junto a eles a possibilidade de apoiar financeiramente o diagnóstico;
- c) Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) – Empreender esforços para, politicamente, articular nos estados as ações que serão fundamentais para assegurar o acolhimento do projeto;
- d) Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MinC) – Buscar, desenvolvido por estes órgãos, apoio para o projeto mobilizador, incluindo neste contexto o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- e) Câmara de Educação do Senado e Câmara Federal – Trabalhar no sentido de construir projetos que favoreçam a criação de leis que amparem o objeto e o objetivo do projeto mobilizador;



SISTEMA CFB/CRB

- f) Deputados federais Lobbe Neto (PSDB/SP) e Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) – Apoiar os Projetos de Lei n.1831/2003 e n.3230/2004.
- g) Fundação Roberto Marinho, Fundação ABRINQ, Fundação Ayrton Senna – Divulgar e solicitar auxílio na captação de recursos que permitam realizar o diagnóstico.

8 RESULTADOS ESPERADOS

Ao final de três anos, a rede de informação para o ensino público brasileiro deverá estar articulada e em processo de implantação em todo território nacional.

A expectativa com relação à geração de legislação que apóie e consolide a rede tomará por base, para a estimativa de sua *performance* a quantidade de contatos realizados na esfera do poder legislativo do país, em todos os seus níveis, bem como a capacidade de resposta por ele oferecida no que tange às propostas efetivamente encaminhadas para discussão e aprovação.

A disponibilidade de recursos dos programas governamentais existentes, ou seja, a capacidade de articulação com os organismos governamentais para sensibilizá-los no sentido de aportar valores para a execução do projeto, se configurará como um efeito das ações do projeto.

A instalação de um fórum nacional de bibliotecas escolares com a participação de representantes de todos os estados da federação durante a realização do seminário nacional de bibliotecas escolares, deverá ser decorrente dos atos desencadeados por esta proposta.

9 INDICADORES DE AVALIAÇÃO

O primeiro indicador de avaliação será composto pelo percentual implantado da rede de informação considerando, como destacado no item anterior, que este índice seja compatível com pelo menos, 50% do território nacional. Deste modo, é um



SISTEMA CFB/CRB

indicador de avaliação deste projeto a quantidade de bibliotecas implantadas ou qualificadas a partir das discussões dele originadas.

Com relação à geração de legislação que apóie e consolide a rede, o indicador de desempenho a ser adotado tomará por base para estimativa de sua *performance*, a quantidade de contatos realizados na esfera do poder legislativo do país, em todos os seus níveis, bem como a capacidade de resposta por ele oferecida no que tange às propostas efetivamente encaminhadas para discussão e aprovação. Deste modo, considerar-se-á positiva a ação desta proposta se os projetos de lei existentes houverem tramitado e se novos tiverem sido apresentados.

Outro indicador a ser considerado no processo de avaliação desta proposta é a dotação de recursos através dos programas governamentais existentes, ou seja, a capacidade de articulação com os organismos governamentais para sensibilizá-los no sentido de aportar valores para a execução do projeto.

Por fim, mas não menos importante, a instalação do Fórum Nacional de Bibliotecas Escolares, com a participação de representantes de todos os Estados brasileiros durante a realização do Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares, será um indicador que medirá se as ações delineadas impactaram, de modo significativo, no contexto de pessoas que atuam para o fortalecimento do ensino básico no país.

10 REFERÊNCIAS

AMARO, Regina K. O. Ferreira. **Biblioteca interativa**: concepção e construção de um serviço de informação em ambiente escolar. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo. **Avaliação da educação básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: INEP, 2005.

BARROS, Lucimar Martins de. **A biblioteca escolar no planejamento educacional**: análise em escolas públicas de 1º e 2º graus em Recife – PE. 1998. 79 f. Dissertação



SISTEMA CFB/CRB

(Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº2, de 7 de abril de 1998** que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 28. mar. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

ABREU, V. L. G. et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de Belo Horizonte-MG: a situação dos acervos. **Encontros BIBLI**, Florianópolis, n. 17, 1. 2004. Disponível em <http://www.encontrosbibli.ufsc.br/Edicao_17/2_Diagnostico.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2008.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA – 5ª REGIÃO. Manifesto da UNESCO/IFLASchool Library. **Informativo CRB-5**, v. 14, n. 4, out./dez. 1999, p. 3-4. Disponível em: www.unesco.org/webworld/public_domain/school_manifesto.html. Acesso em: 28. mar. 2008.

DIOS, Cyana M. Leahy. **A dinamização da leitura na biblioteca escolar**. 1989. 110 f. BBE Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

DUARTE, Emeide Nóbrega; RAMALHO, Wilsa da Costa; BRITO, Gilvanildo Fernandes de. Bibliotecas escolares no município de João Pessoa – Paraíba: diagnóstico. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 80-105.

ERTHAL, Márcia. Hábito da leitura: ainda uma página em branco. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 1 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/content.php?recid=5828&type=N>>. Acesso em: 1. Jul.2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP Informativo**, ano 3, n. 74, 26 Jan. 2005.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Seminário Nacional Retratos da Leitura no Brasil**. Brasília: IPL, 2008.



SISTEMA CFB/CRB

LIMA, Raimundo Martins; SANTOS, Kézia de Souza. **Relatório final do projeto de pesquisa estrutura das bibliotecas escolares e salas de leitura da rede pública municipal de ensino de Manaus**. Manaus: UFAM, 2001.

MARTUCCI, E. M.; MILANI, M. R. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de São Paulo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 79-94, jul./dez. 1999.

MAYRINK, P. T. **A biblioteca escolar brasileira**: da caracterização teórico-administrativa ao estabelecimento de diretrizes e padrões para sua organização e planejamento. 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

NASCIMENTO, Aline Mendes do; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Retrato das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de Ribeirão Preto-SP. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2007.

NEVES, Iara C. Bitencourt. **Pesquisa escolar nas séries iniciais do ensino fundamental**: bases para desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OECD Programme for International Student Assessment (PISA). Disponível em: <http://www.pisa.oecd.org/document/>. Acesso em: 7 maio 2008.

OLIVEIRA, HAMILTON VIEIRA DE. **Bibliotecas escolares e as atividades de planejamento e desenvolvimento do processo educativo em escolas públicas de Brasília**. 1999. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

OLIVEIRA, S. M. M.; MORENO, N. A.; CRUZ, V. A. G. Diagnóstico da pesquisa escolar, no ensino de 5ª a 8ª série do 1º grau, nas escolas de Londrina-Paraná. **Informação & Informação**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 37-50, 1999.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares/FEBAB, 1985.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. **Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE)** – uma avaliação diagnóstica. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT13-3093--Int.pdf>. Acesso em: 7 maio 2008.



SISTEMA CFB/CRB

PÉCORA, G. M. M. **Pesquisa na biblioteca escolar: a eficiência de um roteiro.** 1998. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Pós-Graduação em Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1998.

PENEDO, IEDA. **De usuário a cidadão: o acesso à informação ambiental em bibliotecas escolares de Manaus.** 2008, 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

PEREIRA, Suzy dos Santos. Biblioteca escolar e a orientação à pesquisa bibliográfica: a situação na rede pública de ensino. SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3. 2004, Belo Horizonte. **Anais....** Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da UFMG: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 2005. p. 55-74.

PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS NA ESCOLA. Disponível em: www.vivaleitura.com.br/pnll2/mapa_show.asp?proj=448 - 22k. Acesso em 30 mar. 2008.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA. Disponível em: <http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/principios.asp>. Acesso em 30 mar. 2008.

REHDER, Maria. Escola tem atendimento inadequado em biblioteca. **Jornal Estadão**, São Paulo, 11 jul. 2008. Caderno Vida & Lazer. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080711/not_imp204098,0.php. Acesso em: 11. Jul.2008.

SÁTYRO, Natália; SOARES. Sergei. **A infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1267.pdf. Acesso em: 7 maio 2008.

SANTOS, Gilденir Carolino. **Estudo da interlocução entre biblioteca-escola-tecnologia, baseada na Internet:** um estudo de caso na Escola Estadual Físico Sérgio Pereira Porto. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

SILVA, Mônica do Amparo. **Biblioteca escolar e professor:** duas faces da mesma moeda? 2001. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.